



**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA (UNILAB)
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO (PROGRAD)
INSTITUTO DE HUMANIDADES E LETRAS (IHL)
BACHARELADO EM HUMANIDADES (BHU)**

RENARA RÉGIA VIANA VASCONCELOS

**A HERANÇA MARGINALIZADA EM REDENÇÃO:
COMO O ENVOLVIMENTO COM A CRIMINALIDADE AFETA A VIDA DOS
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PADRE SARAIVA LEÃO**

REDENÇÃO - CE

2017

RENARA RÉGIA VIANA VASCONCELOS

A HERANÇA MARGINALIZADA EM REDENÇÃO:
COMO O ENVOLVIMENTO COM A CRIMINALIDADE AFETA A VIDA DOS
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PADRE SARAIVA LEÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos

REDENÇÃO – CE

2017

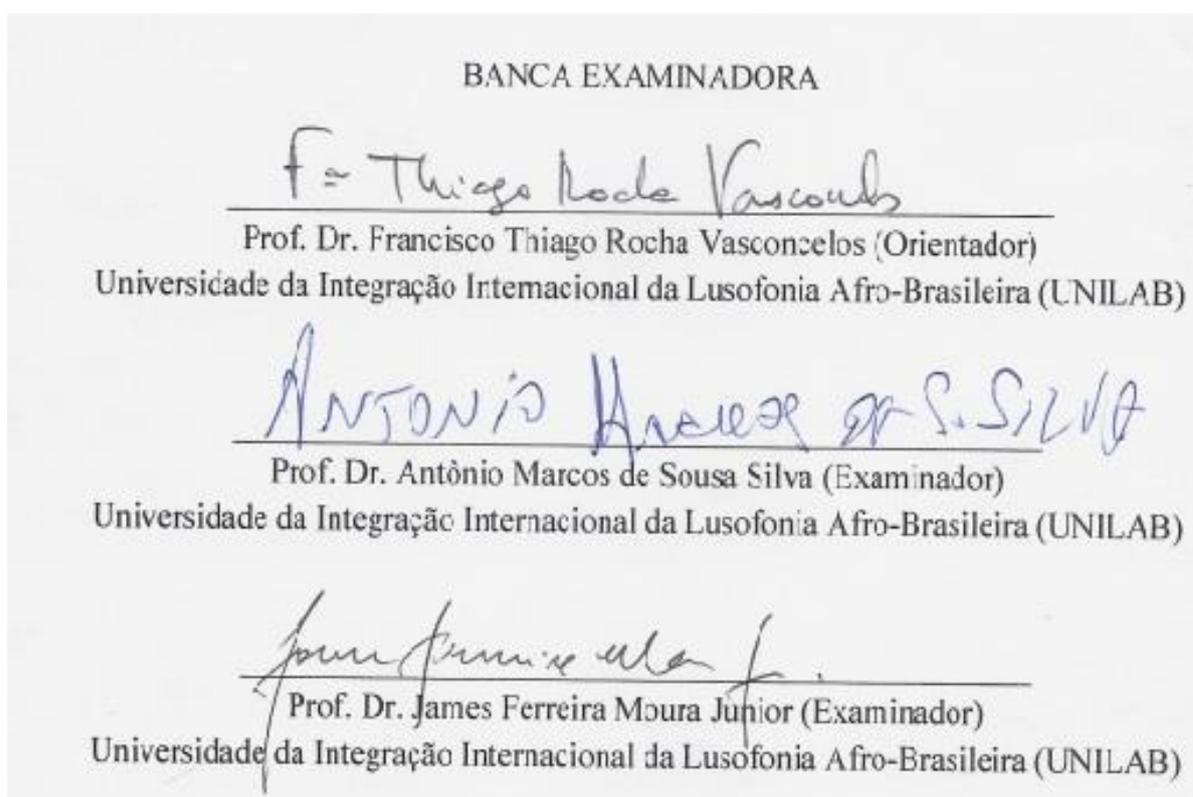
RENARA RÉGIA VIANA VASCONCELOS

A HERANÇA MARGINALIZADA EM REDENÇÃO:
COMO O ENVOLVIMENTO COM A CRIMINALIDADE AFETA AVIDA DOS
ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO DA ESCOLA PADRE SARAIVA LEÃO

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao curso de Bacharelado em Humanidades (BHU), vinculado ao Instituto de Humanidades e Letras (IHL), da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (Unilab), como requisito final para a obtenção do título de Bacharel.

Data: 20/12/2017

Nota: 8,5



LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS:

ABEP - Associação Brasileira de Estudos Populacionais;

AIS - Áreas Integradas de Segurança;

CCEB - Critério de Classificação Econômica Brasil;

CCPHA - Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência;

CV - Comando Vermelho;

CVLI – Crimes Violentos Letais e Intencionais;

GDE - Os Guardiões do Estado;

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística;

IHA - Índice de Homicídios do Ceará;

Lav-Uerj - Laboratório de Análise da Violência da Universidade do Estado do Rio de Janeiro;

MDH - Ministério dos Direitos Humanos;

PCC - Primeiro Comando da Capital;

UNICEF; Fundo das Nações Unidas para a Infância;

UNILAB – Universidade da Integração da Lusofonia Afro-Brasileira.

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO.....	p. 6
2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA.....	p. 8
3. JUSTIFICATIVA	p. 9
4. PROBLEMATIZAÇÃO.....	p. 11
5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	p. 16
6. REFLEXÕES METODOLÓGICAS	p. 25
7. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES.....	p.27
8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS E OUTRAS FONTES.....	p.28
9. ANEXOS.....	p. 31

1. APRESENTAÇÃO

A Macrorregião Administrativa de Baturité é composta de 13 municípios, ocupando uma área de 3.750,1 Km², ou 2,6% do território cearense. Segundo estimativas do IBGE, a população regional era de 225.590 habitantes (dados de 2006). Referente ao aspecto socioeconômico da região, um significativo percentual de sua população sobrevive da exploração das atividades rurais, que, atualmente, não são capazes de prover renda suficiente para sua sobrevivência. Já se identifica um processo de migração para a periferia dos núcleos urbanos existentes no Maciço, começando a configurar processos de favelização do contingente populacional egressos na área rural. A rede de núcleos urbanos do Maciço é comandada pela cidade-pólo de Baturité, sendo o município mais populoso, que vem refletindo forte tendência de urbanização.

A cidade de Redenção, onde será realizado o presente estudo, é o segundo maior núcleo urbano¹ da região. Atualmente, a pobreza e a infraestrutura na cidade estão bem abaixo do ideal. Prova disto é que seu Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é de 0,626, abaixo do nível do estado (0,682) e da média nacional (0,699)². Uma evidência visível é a existência de esgoto a céu aberto na cidade da Abolição da Escravidão, uma necessidade básica que o povo ainda não conquistou. Da população economicamente ativa (entre 15 e 60 anos), apenas 11,6% possui emprego formal e 31% vive em situação de extrema pobreza (com renda nominal de até um quarto do salário mínimo³). 80,97% é a porcentagem das famílias que são cadastradas no programa Bolsa Família⁴. A precarização do Trabalho está cada vez maior. É possível encontrar muitos varejistas exercendo sua força de trabalho durante o dia todo, quase sem descanso, trabalhando aos finais de semana, praticamente sem recesso, ganhando menos que um salário mínimo por mês e infelizmente, sem carteira assinada⁵. Não há programas de incentivos de Jovem Aprendiz e/ou primeiro emprego na cidade. Para poder obter Carteira de Trabalho é preciso se deslocar até o município de Baturité.

Esta situação acaba se refletindo também na educação. A quantidade de analfabetos funcionais com mais de 15 anos é de 19.195 pessoas no ano de 2010. Esta quantia é alarmante,

¹ Com população de 26.415 habitantes, a cerca de 72km da capital segundo IBGE.

² De acordo com o senso feito pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) mais recente, de 2010.

³ Dados de 2010, quando o salário mínimo era representado por 510 reais.

⁴ Dados do ano de 2010.

⁵ Pesquisa realizada pelo Projeto de Extensão do Jornal Estudantil-Comunitário Canções de Redenção em julho de 2017.

pois representa 72,66% da população residente (VIDAL et al, 2012). Ademais, o IDEB⁶ mais recente (2015) da escola tratada neste projeto, fica com nota 4,9 enquanto a nota máxima é 10. Tais indicadores provam que estamos tratando de um território de vulnerabilidade social⁷, carente em investimentos, em que o acesso à educação é assegurado, mas a permanência e o sucesso escolar ainda representam um desafio para as crianças mais vulneráveis socialmente.

Nesse contexto, quais seriam as perspectivas para os jovens na região? É comum a figura de um jovem pobre, que mora na zona rural, filho de agricultores e que apenas estuda. Ao terminar o Ensino Médio, ele se vê querendo trabalhar, mas sem qualificação e sem políticas públicas para entrar no mercado de trabalho. Atualmente, a única esperança para aprimorar seus estudos seria pela UNILAB, na qual poderia ganhar algum auxílio financeiro para se manter estudando. Na perspectiva da maioria, seria algo que exigiria muito esforço, uma vez que é grande a concorrência, mesmo com as cotas. Alguns desistem antes mesmo de tentar.

A preocupação deste projeto, nesse sentido, é com o investimento em políticas públicas de educação que promovam o potencial dessa juventude, em especial para contrabalançar os problemas surgidos com a nova realidade do crime organizado presente na região.

⁶O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) é um indicador educacional lançado no ano de 2007, que reúne informações do rendimento escolar e as médias de desempenho nas avaliações.

⁷VIDAL, E.M; MOREIRA, A.N.G, MENEGHEL, Stela; SPELLER, P. Cenários da educação de Batutité/CE: reflexões sobre as políticas de educação na região. Cadernos ANPAE, V. 15, P. 1-19, 2012.

2. DELIMITAÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Este projeto visa analisar o impacto das mudanças recentes da criminalidade no Ceará na vida dos estudantes de Ensino Médio da escola pública Padre Saraiva Leão⁸ em Redenção. Pretendemos analisar como se dá o envolvimento de jovens com facções criminosas – as motivações e justificativas por parte dos jovens –, como este envolvimento afeta a vida escolar e quais as abordagens entre profissionais da educação para dar conta deste fenômeno.

Recentemente foi decidido que a instituição será desativada, desta forma, o campo de pesquisa será afetado. Entretanto, as questões abordadas não. As motivações para a mudança e a sua forma poderão ser objetos de análise.

2.1. OBJETIVO GERAL

Analisar como as facções criminais afetam o cotidiano escolar e o que isto revela a respeito do significado da escola para as expectativas de vida destes adolescentes.

2.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

1. Compreender as representações dos estudantes sobre a vida escolar, conflitos e projetos de futuro;
2. Entender como a criminalidade afeta o cotidiano escolar e a vida dos estudantes através da realização de entrevistas e de indicadores como: registros de conflitos internos; de invasões ou depredações, de atuação da Polícia Militar ou da Guarda Municipal, de desempenho escolar e de evasão;
3. Analisar os projetos da escola, as políticas e medidas administrativas implementadas, para averiguar fatores que justifiquem quais ações são mais ou menos adequadas.

⁸Localizada em área urbana, no endereço: Praça Joaquim Távora; Bairro: Centro; CEP 62790000. Código INEP: 23494000.

3. JUSTIFICATIVA

Quando saí da minha cidade natal, Fortaleza, e vim morar em Redenção para cursar o ensino superior na UNILAB, logo procurei um emprego de meio período para poder ficar com estabilidade financeira. Para a minha infeliz surpresa, encontrei uma cidade que mesmo abrigando uma Universidade Federal e Internacional, tem poucos comércios, poucos empregos. Raros empregos de carteira assinada e nenhuma política de incentivo ao primeiro emprego. O máximo que encontrara eram trabalhos de mais de um período que pagavam menos de um salário mínimo.

Ao me estabelecer na cidade, já que pude sentir de perto a presença do crime organizado na região, por causa do consumo de drogas por parte dos jovens e adolescentes; pelos assassinatos à mão armada; pelas pichações das facções nos muros da cidade, inclusive dentro da escola abordada neste projeto. Pude perceber que muitos destes jovens envolvidos com o crime eram extremamente pobres, entretanto conseguiam alguma renda para sua sobrevivência por causa das atividades ilícitas, renda a qual os empregos supracitados não poderiam cobrir.

O meu interesse pessoal por estas questões se consolidou ainda mais quando cursei a disciplina “Tópicos Especiais em Humanidades - Segurança Pública e Controle Social”, ministrada pelo meu professor e orientador Francisco Thiago Rocha Vasconcelos, coordenador do SEJUDH/UNILAB – Grupo de Pesquisa em Segurança Pública, Justiça e Direitos Humanos. Comecei a me indagar de forma mais sistemática sobre várias questões: como estes adolescentes e jovens iniciavam suas relações com o mundo do crime e se isso acontecia dentro da escola; como prevenir a não-adesão de novos jovens aos comandos criminosos e as práticas de ações violentas e ilícitas; e por fim, o que fazer para que esse quadro diminua e com otimismo, até se anule? Comecei a refletir sobre como a educação é um fator que pode ter diferentes vertentes, ela tanto pode contribuir para a realidade, sendo uma instituição e veículo dinâmico e agradável da aprendizagem, capaz de fomentar experiências e vivências que não seja só de alunos, mas de todo o coletivo que nela se está inserido. Assim como, pode ser apenas outro mecanismo de frustração, não-aprendizagem, espaço de atividade obrigatória, ambiente que proporciona formas de crimes, entre outros.

Nesse sentido, a partir desta pesquisa, a minha pretensão acadêmica é incentivar os métodos pedagógicos que poderiam ajudar a compor uma grade extracurricular na vida destes alunos, seja por meio do esporte, da promoção da cultura nacional ou de melhor preparo para a entrada no ensino superior, a fim de inserir melhor esta mocidade no mercado de trabalho.

Portanto, almejo, no plano social, que os índices de homicídios de adolescentes possam diminuir ao fazer com que eles não se envolvam mais com situações perigosas, buscando os modos de fazer igualdade para com uma juventude marginalizada, através de políticas afirmativas para que possam aprimorar seus conhecimentos, especializarem-se e melhorarem seu currículo, a fim de sair da miserabilidade que acompanha sua herança histórica.

4. PROBLEMATIZAÇÃO / CONSTRUÇÃO DO OBJETO DE PESQUISA

Na última década, o Nordeste se tornou a região brasileira com as maiores taxas de crescimento da criminalidade e de mortalidade violenta, especialmente nas capitais e regiões metropolitanas. O estado do Ceará acompanha esta tendência de “disseminação” da violência criminal: Entre os meses de janeiro e outubro deste ano foram registrados 4.211 Crimes Violentos Letais Intencionais (CVLIs) no estado⁹, superando o acumulado de todo o ano de 2016. Conforme a UNICEF^{10 11}, o Nordeste é também a região que possui o maior índice de homicídios de adolescentes e o Estado do Ceará, o primeiro no ranking. Este cenário impacta sobretudo na vida da juventude pobre, negra e periférica diante dos conflitos territoriais das novas dinâmicas políticas dos “mercados ilegais” (MISSE, 1999) com o surgimento e diversificação de facções criminosas.

No Ceará se destaca a criação da facção Guardiões do Estado (G.D.E. ou 745), originária da cidade de Fortaleza. É considerada a terceira maior organização do Estado do Ceará. Há quem garanta, por exemplo, que sua fundação se deu em meados de 2012, enquanto outras fontes apontam 2006 como o ano de início do grupo, que seria o desdobramento de uma torcida organizada do bairro Conjunto Palmeiras¹². A G.D.E. tem se espelhado em parte nos modelos fornecidos pelas facções mais conhecidas, como o Comando Vermelho (CV)¹³ e o Primeiro Comando da Capital (PCC)¹⁴, com os quais estabelece alianças ou rivalidades, a

⁹ Os CVLIs são compostos por homicídio doloso, latrocínio e lesão corporal seguida de morte. Dados divulgados em reunião na Secretaria da Segurança no dia 14 de novembro deste ano.

¹⁰ Estudo de uma parceria entre O Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF), Ministério dos Direitos Humanos (MDH), o Observatório de Favelas e o Laboratório de Análise da Violência, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (lav-Uerj), divulgado no dia 11 de outubro de 2017. Disponível em: <https://secure.unicef.org.br/campanhas/iha-2014/>

¹¹ Estudo feito pelo Comitê Cearense pela Prevenção de Homicídios na Adolescência (CCPHA). Calculando o número de assassinatos em proporção à população para registrar o Índice de Homicídios do Ceará (IHA), o qual ficou com 8,71 de jovens mortos para cada 100 mil habitantes só no primeiro semestre de 2017.

¹² “A facção que arregimenta adolescentes e adultos jovens” <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/gde-a-facciao-que-arregimenta-adolescentes-e-adultos-jovens-1.1742013>

¹³ Comando Vermelho Rogério Lemgruber, mais conhecido como Comando Vermelho e pelas siglas CV e CVRL, é uma das maiores organizações criminosas do Brasil. Foi criada em 1979 na prisão Cândido Mendes, na Ilha Grande, Angra dos Reis, Rio de Janeiro, como um conjunto de presos comuns e presos políticos, militantes de grupos armados, sendo os presos comuns membros da conhecida Falange Vermelha.

¹⁴ Primeiro Comando da Capital (PCC 1533) é uma organização criminosa do Brasil fundada no ano de 1993. O grupo comanda rebeliões, assaltos, sequestros, assassinatos e narcotráfico. A facção atua em 22 dos 27 estados brasileiros, além de países próximos, como Bolívia, Paraguai e Colômbia. Possui cerca de 30 mil membros, sendo

dependem do contexto. É o caso da criação de um Estatuto com princípios e regras de atuação. Contudo, pelo que até o momento foi possível inferir, a G.D.E. não constitui uma estrutura hierárquica rígida. Ela teria como trunfo justamente a possibilidade de intercâmbios e autonomias relativas de gangues e quadrilhas nos territórios, como estratégia de expansão¹⁵.

Desse modo, estas facções também expandiram suas ações para o interior do estado. A territorialidade do Maciço do Baturité, dividida em municípios pequenos (com menos de 50 mil habitantes), com pouco desenvolvimento, mas de fluxo, e em zonas rurais, compostas por serras, tornaram-se pontos estratégicos para rotas de comércio, de fuga e de articulação de assaltos à banco. Nas cidades é possível ter evidências desta expansão através de pichações em paredes e locais públicos, símbolos que mostram a presença destas facções criminosas. Quanto ao ritmo de crescimento dos Homicídios, Redenção e Acarape tem se destacado, principalmente em se tratando de Homicídios com Arma de Fogo, superando mesmo cidades de maior população, como Baturité¹⁶. Se fosse possível considerar os dois municípios como mesmo espaço social integrado, por conta da relação histórica entre seus centros urbanos e sua proximidade com a região metropolitana, as tendências se apresentariam de modo ainda mais acentuado.

Isto pode ser ilustrado no caso dos bailes funk no Posto Casa Grande, localizado na BR-060, o qual realizava encontro de “paredões” de som nos finais de semana. Inicialmente o evento começava de 22h do sábado e se estendia até as 04h do domingo e retomava às 16h chegando até as 21h do domingo. Este tempo foi diminuindo gradativamente de acordo com as manifestações de violência, que ia desde desentendimentos amorosos, até rivalidades entre gangues e facções criminosas. É possível ver vários perfis de pessoas que frequentavam este evento, tornando-se um lugar bem diversificado. Segundo antigos frequentadores, atualmente não há mais este baile funk por causa das várias mortes, do alto consumo de drogas ilícitas e da presença de menores de idade em período escolar.

Os índices de violência parecem seguir o ritmo das acomodações ou dos conflitos das relações entre as facções e entre estas e a polícia. De modo que seria possível presumir que diante de acordos, haja diminuição dos padrões de resolução violenta dos conflitos, o que pode

que só no estado de São Paulo são mais de 8 mil membros. É considerada uma das maiores organizações criminosas do país. Fatura cerca de 120 milhões de reais por ano.

¹⁵ “Com estatuto e arrecadação mensal, maior facção do Ceará desafia o controle do Estado”. <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/com-estatuto-e-arrecadacao-mensal-maior-facciao-do-ceara-desafia-controle-do-estado/>

¹⁶ Dados do Relatório Parcial da pesquisa “Diagnóstico da Segurança Pública e da Violência no Maciço do Baturité”, desenvolvido pelo SEJUDH/UNILAB sob a coordenação do prof. Francisco Thiago Rocha Vasconcelos.

ser modificado caso o acordo não permaneça. O domínio das facções por vezes serviu para manter uma sensação de estabilidade do local. Este é um argumento presente desde o pacto nacional entre PCC e CV, que repercutiu na forma de um “salve” assinado pelo “Crime no Ceará” em janeiro de 2016. Para muitos, a redução dos índices de homicídio nesse período seria repercussão desse “cessar fogo” através do qual os conflitos territoriais foram apaziguados. Embora o governo do estado não tenha reconhecido tal fato, quando o acordo foi desfeito no início de 2017, os índices recomeçaram a crescer¹⁷.

Em Redenção, dando um pequeno passeio pelo município, é possível ver nos muros frases de ordem como: “Abaixe o vidro, tire o capacete”; “Se roubar vai morrer”. Mesmo não tendo legitimidade oficial, eles exercem a coerção ao impor a ordem e ao mesmo tempo promovem uma espécie de segurança para os habitantes, a qual é concorrente à segurança estatal. Assim, em maio de 2017, após a prisão de um dos integrantes do crime organizado na cidade de Redenção, houve mensagens de integrantes desta facção nas redes sociais para a população redencionista, que ficou extremamente assustada com os assaltos. As mensagens afirmavam que o “Crime” havia proibido o roubo na cidade e ainda alegava que por causa deles, não havia mortes na região há nove meses e por isso, ela estava em paz. Porém, após denúncias dos moradores, eles resolveram reagir e mexer com o sossego dos residentes.

A cidade é atingida, nesse sentido, por diferentes fatores convergentes: 1) a reorganização das facções criminosas na região, expressa em conflitos territoriais, assaltos à banco e confrontos com as forças policiais; 2) o incremento econômico da região, com o aumento do fluxo de mercadorias e pessoas no turismo e no setor educacional, ao mesmo tempo em que o impacto da crise fiscal impõe restrições à atuação do poder público no suporte aos impactos desse incremento; 3) a precariedade ou baixa eficácia e eficiência das políticas e equipamentos de prevenção às violências, de acesso à justiça e de segurança pública (número insuficiente do efetivo policial e de viaturas, as dificuldades da operação policial de rotina diante da distância e dispersão dos equipamentos) tornam-se ainda mais flagrantes.

A convergência entre estes três fatores se expressa de modo mais evidente com a criação da UNILAB em 2010, que impõe considerar um conjunto novo de fatores, a começar com a chegada, concentração e fluxo de mais de 4.000 pessoas (professores, técnicos e estudantes), sendo cerca de 1.000 estrangeiros. Isto certamente contribui para dinamizar a região, trazendo desenvolvimento de novo tipo, mas acarreta maior pressão sobre órgãos públicos municipais e estaduais, que necessitam conceder uma resposta à altura. As denúncias

¹⁷ “A conta da pacificação chegou”. <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/10/a-conta-da-pacificacao-chegou.html>

de roubos e assaltos de professores, técnicos e estudantes são frequentes, assim como conflitos entre estudantes e moradores (casos de racismo) e violência contra as mulheres exigem medidas urgentes, mas também estruturantes, que beneficiem não apenas a universidade, mas que sejam extensivas à população local, que sofre e compartilha dos mesmos problemas.

Houve um aumento da operacionalidade policial e do empenho dos responsáveis pela segurança pública, que se expressa no aumento dos índices de apreensão de armas e drogas, número de prisões e de registro de crimes. Esse aumento da operacionalidade se relaciona às tentativas de racionalizar as políticas de segurança em torno de metas de redução dos índices de criminalidade nas Áreas Integradas de Segurança (AIS) que dividem o estado, que se associou à ampliação do número de concursos para Polícia Militar e a compra de mais armamentos, apostando principalmente na interiorização do RAIIO – Ronda de Ações Ostensivas e Intensivas para cidades de mais de 50 mil habitantes. Os gestores decidiram intensificar um modelo ostensivo/repressivo, que possibilita sensação de segurança momentânea, mas que não se apresenta como efetivo na redução da criminalidade. Ao contrário, a maior operacionalidade repressiva, além dos riscos de aumento da violência policial, acarretará maior demanda para o setor da Polícia Civil, ocasionando uma muito provável sobrecarga do sistema de justiça. Um reforço ao modelo de “guerra às drogas” e de combate ao “inimigo interno” já bastante criticado e considerado não uma solução, mas um dos elementos de agravamento do quadro de violência.

O modelo de gestão e monitoramento do “Pacto por um Ceará Pacífico”, programa que almejava construir uma cultura de paz e cidadania com base no trabalho preventivo intersetorial articulado ao incremento da investigação criminal, ainda se mostra pouco expressivo. Não há garantias que sustentem, que haverá a aposta política em um modelo mais complexo de segurança pública, não resumido ao do confronto armado. Os desafios são muitos e exigem tomadas de posição mais estruturantes e de longo prazo, para além da necessidade de melhoria dos equipamentos policiais (delegacias, viaturas) e aumento do seu contingente. Seria necessário aumentar a articulação entre prefeituras e governo do estado em ações e políticas intermunicipais de prevenção às violências e redução dos homicídios com foco no perfil da população assassinada: homens jovens (de 15 a 24 anos), pardos/negros e de baixa escolaridade (com no máximo 3 anos).

Nesse sentido, vale fazer referência ao trabalho do Comitê Cearense de Prevenção de Homicídios da Assembleia Legislativa do Ceará, que mapeou todo um conjunto de vulnerabilidades das condições de vida dos jovens mortos na região metropolitana de Fortaleza

nos últimos anos, bem como possibilidades de intervenção dos governos nesta população¹⁸. Um dos principais argumentos do Relatório diz respeito ao somatório de vulnerabilidades dos territórios (desigualdade social, infraestrutura e serviços precários), tornando a dissociação social um fator que contribui para resolução de conflitos nas famílias e entre vizinhos, em um cenário de baixa expectativa em relação à escola e ao trabalho.

É nesse sentido que objetivamos pesquisar a interação do ambiente escolar com o modo como adolescentes são afetados ou se envolvem com facções criminais. Pretende-se analisar a moral social do perfil comumente já conhecido: jovem, negro, pobre e morador da periferia, que está inserido enquanto aluno do Ensino Médio da Escola Padre Saraiva Leão. Indagar se os estudantes veem o crime como uma saída possível após o período escolar; se de alguma forma eles fazem parte desta rede organizacional, mesmo que seja uma adesão simbólica ao “partido”; descobrir se eles aspiram a entrar no comando ou eles não têm mais opções.

¹⁸ https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf

5. REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

Esta pesquisa se insere na interseção entre os estudos da sociologia e da psicologia social sobre criminalidade, segurança pública e violência escolar. Nesse sentido, é preciso cruzar dois eixos para sintetizar a nossa fundamentação: 1) a relação criminalidade violenta e segurança pública; 2) e a relação entre violência e escola.

5.1. Criminalidade violenta e segurança pública no Brasil

No plano normativo a Constituição Brasileira é considerada uma das mais avançadas na garantia dos direitos humanos, da igualdade social e dos pilares básicos de um Estado de Bem-Estar Social. Contudo, não podemos dissociar o desenvolvimento normativo do processo histórico de formação da sociedade brasileira e das desigualdades fomentadas pela forma de sua integração ao sistema capitalista. Os marcos e mecanismos regulatórios da vida social e a consolidação do monopólio da violência física legítima por parte do Estado no Brasil foi marcado por uma matriz estrutural de desigualdade e exclusão, pautada por uma lógica colonial, escravocrata, patriarcal e coronelista. Isto afetou profundamente o funcionamento e a atuação das instituições de justiça criminal e segurança pública, que serviram em grande parte à defesa de interesses privatistas ou à propósitos políticos de regimes autoritários

Segundo Pinheiro (1985), após a instauração da República, a história brasileira seria marcada pela continuidade de práticas de violação de direitos humanos, apesar das interrupções democráticas no plano do sistema político partidário-eleitoral. Desse modo, mesmo havendo mudanças de regime político, o autoritarismo nas instituições de justiça criminal e segurança pública seriam transmitidos e aperfeiçoados de um período autoritário para um período democrático. Este modo de atuação afeta, sobretudo o direito dos grupos vulneráveis, através da reprodução do estigma¹⁹ das “classes perigosas”, que converte a pobreza em preditivo da violência criminal e o criminoso em o “inimigo interno”, que deve ser combatido ou mesmo eliminado. Isto se expressa tanto na atuação da Polícia Militar, constituída em seu atual modelo durante a ditadura civil-militar de 1964, como no padrão inquisitorial da investigação da Polícia Civil, através de interrogatórios que têm como principal foco o próprio corpo (a prática de tortura) da população alvo de vigilância. (KANT DE LIMA, 2004). Desta forma, a segurança pública está vinculada historicamente à matriz de desigualdade de poder que serve para a

¹⁹ DIÓGENES, Glória. Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop. Fortaleza: Annablume, 1998.

legitimação de dois padrões de distribuição da justiça, para os cidadãos (elites com seus privilégios) e subcidadãos (os menos favorecidos, que permanecem em uma lógica de trabalho precário).

É frente a este contexto sócio histórico, de continuidade autoritária apesar da transição de regime político e de defasagem das instituições de segurança pública para lidar com as novas formas de criminalidade, que precisamos situar as questões que dizem respeito à violência urbana na contemporaneidade (ADORNO, 1996). “A violência é uma prática que foge do curso presumivelmente disciplinado e estável da ordem social” (DIÓGENES, 2008, p 76) e afeta todas as classes sociais na forma de uma “violência difusa” (BARREIRA, 2004, p.67). Contudo, a violência letal afeta, sobretudo as comunidades que integram as classes D e E²⁰, mais passíveis a sofrer com vulnerabilidades, processos de exclusão e dificuldades de acesso à direitos.

A vida comunitária por vezes se torna conflituosa por causa da “colonização” criminal de territórios, juntamente com a reação da polícia, com uma lógica de enfrentamento ao criminoso – e não ao crime – a qual amplia a resolução violenta de conflitos que por vezes são “banais”. Uma convivência popular transpassada pelo medo, por intimidações, ameaças, indiferenças contra jovens e adolescentes. As abordagens policiais muitas vezes são racistas já que revelam uma estigmatização de adolescentes negros e pobres, situação que entra em contrapartida com o Art. 17 da Seção IV do Direito à Diversidade e à Igualdade do Estatuto da Juventude que garante: “O jovem tem direito à diversidade e à igualdade de direitos e de oportunidades e não será discriminado por motivo de: I – etnia, raça, cor da pele, cultura, origem, idade e sexo; II – orientação sexual, idioma ou religião; III – opinião, deficiência e condição social ou econômica.”

Inclusive, é sabido que os métodos de combate ao tráfico de drogas são praticamente ineficazes, pois o tráfico não se extingue, apenas mudam os atuantes do crime. Assim, a polícia mesmo se esforçando para mudar esta situação, com a captura/homicídio destes, a atuação não cessa, envolvendo esforços longos, repetitivos e inevitavelmente fadados ao fracasso. Tal ação acaba se tornando uma *Síndrome da Rainha Vermelha*²¹ (ROLIM, 2006).

²⁰Classe Social pelo Novo Critério Brasil é o critério mais utilizado pelos institutos de pesquisa de mercado e ganhou uma nova versão em 2015. Segundo a ABEP, o Critério de Classificação Econômica Brasil (CCEB) é um instrumento de segmentação econômica. O principal objetivo do Novo Critério Brasil, portanto, é mensurar a classe social não a partir da renda propriamente dita, mas sim do nível de conforto, escolaridade e serviços públicos presente na vida de cada família. É feita então uma correspondência entre faixas de pontuação do critério e estratos de classificação econômica definidos por A1, A2, B1, B2, C1, C2, D, E.

²¹Analogia feita por Marcos Rolim ao conto infantil “Alice no país das maravilhas”, onde a personagem principal, Alice corre junto à outra personagem, que no caso é uma rainha. Após se cansar de tanto correr, Alice a indaga o

Neste cenário, a juventude encontra a experimentação precoce de drogas como um elemento de escape dessa realidade. Em um contexto municipal, no qual faltam oportunidades de trabalho formal/renda a fim promover a equidade, faltam políticas afirmativas que ofereçam aos marginalizados oportunidades de profissionalização gratuita e de primeiro emprego. Tal fenômeno mais uma vez entra em colisão com o Art. 14 do Estatuto da Juventude, em sua Seção III, Do Direito à Profissionalização, ao Trabalho e à Renda que assegura: “O Jovem tem direito à profissionalização, ao trabalho e à renda, exercido em condições da liberdade, equidade e segurança, adequadamente remunerado e com proteção social”.

O sistema socioeducativo não tem reorientado os projetos de vida da mocidade em conflito com a lei, ao contrário, tem violado direitos, ampliado a trajetória de conflitualidades desta, tornando-se insuficiente e incompetente. A evasão escolar também é um fator alarmante para com esse quadro historicamente e socialmente injusto. Tais situações podem ser justificativas para o desenvolvimento de galeras e gangues (DIÓGENES, 2008) e em organizações criminosas mais complexas, almejando seu registro social através de respeito, status, poder e para isso, usando os mecanismos dinâmicos da violência e da ilegalidade.

Vários fatores contribuem para o nascimento de uma facção clandestina, assim como: razões de desajustes familiares, obstáculos em busca da sobrevivência, falta de oportunidades e escolhas numa sociedade altamente discriminadora, autoritária, rica, mas repleta de desigualdades sociais. Em meio a tanta indignação ao Estado e a não reciprocidade entre impostos cobrados e políticas públicas oferecidas, podem surgir grupos de pessoas que se unem para formar um “partido criminoso”, com a finalidade de burlar o sistema, fazendo ações que tem penalidades como uma forma de movimentação de capital, utilizando da força para seus fins, comparáveis a uma contra-política.

Mas é importante estar atento para que a noção de “crime organizado”, como estrutura organizacional e hierárquica que visa o lucro através de uma complexidade de mecanismos planejados e fora da lei, não nos ofusque para realidades que são mais flexíveis. As formas como se estruturam os mercados ilegais podem acarretar de fato uma ocupação de territórios, através dos quais se intercambiam e associam drogas, armas, carros e objetos roubados, mas também podem oferecer uma adesão mais simbólica a uma facção em determinados territórios, que não implicam um pertencimento efetivo e nem lugar na organização. As diferenciações devem se pautar de acordo com uma leitura geopolítica das

porquê de elas correrem e permanecer no mesmo lugar, em seguida a rainha responde que elas não correm para ir mais longe e sim para não ficarem para trás.

relações e rivalidades entre facções ao longo do tempo e o modo como estas afetam uma parcela da juventude.

Para uma “inclusão social às avessas” (DIÓGENES, 2008, p.79) a juventude pobre assume um estilo característico e “[...] compactuam um modo de se vestir, de se comportar semelhante às outras pessoas da mesma idade [...]” (DIÓGENES, 2008, p. 32). Esta caracterização é feita pelo tipo social do “piranguero” (MOREIRA, 2016) que pode assumir duas distinções, como moral e como identidade social. A caracterização de moral se distingue por um sujeito que pratica pequenas delinquências e que engana as pessoas, agindo de má fé. A caracterização de identidade social é um estilo complexo de se portar, são marginalizados pela pobreza que acompanha os mestiços brasileiros da classe mais baixa. Geralmente os meninos optam por um corte de cabelo curto e às vezes com uns desenhos/linhas raspadas na cabeça e nas sobrancelhas para se diferenciarem uns dos outros. Usam shorts justos na altura do joelho ou um pouco menor e blusa no estilo gola polo, quase sempre são roupas que imitam as de grife, (quando não estão com a farda da escola, obviamente). Usam acessórios como pulseira, brinco, *piercing* e costumam deixar um bigode fino e ralo. O uso do boné também é percebido e alguns optam por não o colocar todo na cabeça. O uso de óculos com lentes coloridas e chamativas também é característico, além de tatuagens. Quando vão tirar fotografias, aderem poses que refletem símbolos significativos, tais como de times de futebol e de facções criminosas.

Durante o ano de 2017 conversei informalmente com algumas vítimas de violências na cidade, as quais alegaram que os praticantes desta ação eram pirangueros e que não saberiam os identificar, pois não só são parecidos uns com os outros fisicamente, como também são parecidos com outros do mesmo estilo. É bastante comum ver a polícia abordando pessoas com esse perfil, mesmo que sua suspeita seja subjetiva. Na suposição destes sujeitos, os pirangueros recebem ordens do crime organizado e, por isso, fazem parte do comando de alguma forma, sejam eles como aderentes simbólicos ou como membros integrais. Contudo, por vezes esses são acusados de ações ilícitas, justificativas baseadas em pré-conceitos por seu estilo de se portar e sua condição socioeconômica vulnerável, virando alvos marginalizados por um preconceito amalgamado em estereótipos criminais de uma sociedade que tenta se autorregular. Para Misse (1999), eles se encaixariam no *tipo social* de criminoso, em um processo de *sujeição criminal*:

Quando a transgressão, cuja criminalização é socialmente justificável, *desliza* para a subjetividade do transgressor e para sua individualidade, reificando-se socialmente como caráter ou enquadrando-o num tipo social negativo, constitui-se o que propomos

a chamar de *sujeição criminal*. Essa noção parece-me tanto mais interessante quanto maior for a capacidade do *poder de definição* de antecipar (ou prever) a adequação da incriminação a um indivíduo e de construí-lo como pertencente a um tipo social. Amplia-se a sujeição criminal como uma *potencialidade* de todos os indivíduos que possuam atributos próximos ou afins ao tipo social acusado. (MISSE, 1999, p. 6)

A categoria “piranguero”, portanto, diz respeito a um *tipo social* acusado. Um conjunto de indivíduos considerados como *propensos a cometer um crime*. A criminalização da pobreza, quando entendida sob este ângulo, considera as condições materiais e simbólicas que produz tanto os efeitos sobre a população estigmatizada que não está envolvida com crimes, como também o processo pelo qual uma parte acaba por assumir estes estigmas como reação ou afirmação, praticando pequenos roubos, furtos e se associando a redes de tráfico. O que, por sua vez, reforça o processo de *sujeição criminal*.

É preciso associar este quadro à constituição de uma sociedade do consumo (ZALUAR, 2003). As mercadorias, como símbolos de status e distinção em uma sociedade de extrema desigualdade, tornam-se um dos fatores fundamentais de reconhecimento social. Nesta sociedade desigual, em meio a tantas pressões estruturais, para estes indivíduos atingirem suas *metas culturais* incentivadas socialmente, como sucesso financeiro, prestígio, poder, vida sexual ativa, entre outros, acabam por fazer uso de meios institucionalmente proibidos, já que as suas oportunidades legais são limitadas para atingir seus fins (MERTON, 1970). Assim, grupos de jovens, de modo geral, com formação escolar precária, baixa qualificação de currículo profissional e desacreditados com as difíceis condições de trabalho, acabam por se voltar a oportunidades de “ganho fácil”. Ao mesmo tempo, ao se inserirem em contextos de conflitos entre grupos armados por territórios, estes jovens assumem disposições marcadas pela afirmação de um ethos guerreiro (ZALUAR, 2003) da virilidade associada ao uso da arma.

Esta discussão remete às duas faces do individualismo na modernidade, segundo Michel Wieviorka (1997, p. 23):

O individualismo, tal qual se manifesta com uma força crescente no mundo contemporâneo, apresenta duas faces complementares, e eventualmente opostas. Por um lado, o indivíduo moderno quer participar da modernidade, do que ela oferece, do que ela promete, do que ela mostra através dos meios de comunicação e das solicitações de um consumo de massa cujo espetáculo está doravante mundializado. Ele tem a intenção de consumir, continuar a consumir se já o fez, começar a fazê-lo se ele ainda não o pôde. Por outro lado, o indivíduo quer ser reconhecido como sujeito, construir sua própria existência, não ser totalmente dependente de papéis e normas, poder distanciar-se deles sem ser no entanto obrigado a fazê-lo. Ele pretende por exemplo efetuar escolhas que o autorizem a referir-se a uma identidade coletiva, sem estar totalmente subordinado a ela, produzir-se, e não somente reproduzir-se.

Tal processo produtor de existência individualista, ao encontrar frustrações inevitáveis no ponto de vista legal-social, pode caracterizar-se pelo uso da violência, enquanto instrumento de construção socioeconômica e produtora de sentido. O maior risco deste processo é encontrar a consciência de si dentro das “paixões do risco” (WIEVIORKA, 1997, p 23.), pois é neste ponto que o jovem marginalizado se afirma como sujeito propulsor das práticas violentas e reprodutor das dinâmicas de ilegalidades.

O intuito da pesquisa é discutir como essas questões afetam negativamente o contexto atual e suas relações interpessoais; se ela aproxima ou separa os atuantes do crime; se essa conjuntura é um gatilho para novas formas de crime; e entender os pontos de vista desta juventude acerca de sua realidade.

Neste contexto, pode-se dizer que é normal que membros de facções partilhem de uma mesma situação de exclusão social com outros jovens, com perspectivas de mundo parecidas, condição socioeconômica comum e frequentando os mesmos espaços de vivências, além de mesmo espaço educativo. Este é o caso do objeto da pesquisa, a Escola Padre Saraiva Leão, frequentada por adolescentes com idades de 14 a 18 anos, que moram na mesma cidade, a maioria da região serrana, vivendo em uma condição econômica abaixo da média salarial per capita. De acordo com a concepção *piagetiana* da psicogênese (CARRARA, 2004), o meio influencia os processos do desenvolvimento da aprendizagem, desta forma a Escola, seus funcionários e docentes ficam bem no meio deste embate, o qual propicia relações sociais, que são essenciais para a educação moral que se baseia nas lições e nos discursos, além do respeito unilateral que implica nas desigualdades.

5.2 Escola: um ambiente multifocal.

As relações entre violências e a escola não são lineares. É preciso compreender que a escola se liga a um contexto social determinado e, portanto, não está isolada de fatores como a vulnerabilidade social e dos serviços no bairro, a qualidade das relações familiares, a influência de traficantes, presença de conflitos territoriais entre grupos são relevantes para entender as motivações das violências que atingem as escolas. Ao mesmo tempo, o ambiente escolar tem suas especificidades inerentes aos processos de socialização e aprendizagem. As violências podem ser tanto produto interno como externo à escola. Nesse sentido, mesmo que muitas vezes, no contexto empírico, as fronteiras entre o dentro e o fora sejam borradas, seria preciso diferenciar “a violência na escola”, a “violência à escola” e a “violência da escola” (CHARLOT, 2002).

A “violência na escola” é o principal ângulo de análise que interessa à presente pesquisa: “[...]é aquela que se produz dentro do espaço escolar, sem estar ligada à natureza e as atividades da instituição escolar” (CHARLOT, 2002, p.434). São as violências que são praticadas por estudantes ou pessoas que não possuem vínculo com a escola. A escola acaba torna-se o local dessas práticas violentas, que poderiam ocorrer em qualquer outro ambiente no interior de um bairro precarizado. O envolvimento dos próprios estudantes com rivalidades, conflitos ou práticas criminais faz com que a escola acabe se tornando o cenário dessas práticas violentas, tais como brigas de gangues e “acerto de contas”.

A “violência à escola”, por sua vez, seria a prática de violência dos estudantes contra a escola e seus gestores, como casos de depredação do patrimônio, pichações e atos de desafio à autoridade. Ela está, portanto, ligada à natureza e as atividades da instituição escolar e ao equilíbrio das tensões internas entre estudantes, funcionários e gestores.

Por sua vez, a “violência da escola” seria a prática violenta da própria instituição escolar, seja através da “violência simbólica” (BOURDIEU, 1989), que reproduz a desigualdade de classes através do apoio aos códigos compartilhados por estudantes de classe média e alta em detrimento das classes mais pobres, seja como relação autoritária e repressiva.

Como já dito no início, na prática há relação constante entre estes níveis conceituais. Não é possível, por exemplo, pensar a “violência à escola” nos atos de rebeldia estudantil contra os modelos de autoridade e classificações sem considerar o exercício da “violência da escola” e a falta de vínculo entre os projetos individuais de vida e as estratégias de funcionamento das escolas.

Isto pode remontar mesmo à arquitetura das escolas, caso se pense na herança da sociedade disciplinar (FOUCAULT, 2002), na qual o indivíduo moderno é vigiado por mecanismos e dispositivos capazes de interiorizar a culpa e causar remorsos pelos seus atos. Tanto em termos teóricos, quanto práticos, as instituições disciplinares (prisão, hospital, escola, fábrica) realiza a socialização dos indivíduos através de vigilância e do exame e do modelo de arquitetura panóptica.

Vale salientar que a arquitetura da sede da Escola Padre Saraiva Leão é panóptica, com salas ao redor de um pátio central, coincidentemente o ambiente escolar além de educar e transmitir conteúdos, – processos de aprendizagem – seus principais objetivos também são *disciplinar* e *vigiar* os participantes destas conjunturas, por isso os mecanismos das escolas e das prisões são semelhantes na perspectiva do controle feito por *punições* e seus *sujeitos* e *métodos punitivos*.

A isto se associam os princípios educativos, como os da *teoria do condicionamento operante* de Skinner (CARRERA, 2004), em que o processo de aprendizagem se define através da educação pragmática, objetiva a transmissão de conteúdos, sendo um processo mecânico de associação, no qual, se dando de forma correta, obtém-se estímulos. A aprendizagem acontece quando as ações do operante produz consequências ao meio ambiente e com isso, o passivo começa a modelar suas ações/conhecimentos a fim de aprender e se aperfeiçoar ao meio. Em contrapartida, quando o resultado é desfavorável, pode ocorrer punição e/ou extinção, ou seja, eliminação de comportamentos por supressão do reforço. Desta forma, a aprendizagem se dá pela manipulação e controle do comportamento dos educandos.

No caso dos métodos punitivos escolares, para o estudante, pode não ter o efeito desejado, sobretudo para aqueles que recebem notificações constantes. Situação que poderia se tornar pior, através da evasão ou expulsão. Se por um lado o abandono da escola para o estudante seria uma completa falta de esperanças para atingir suas metas de forma legal, por outro lado, a expulsão de um aluno, seria o total descaso do sistema pedagógico público para com o futuro de sua sociedade. Será preciso analisar, nesse sentido, como as práticas disciplinares da escola podem estar associadas ao reforço à estigmas e rótulos que favorecem a evasão.

Um cenário exemplar para estudo são as reuniões de pais e mestres. Em uma destas reuniões, alguns professores afirmam que a maioria dos estudantes das salas de aula não prestam atenção e não participam da aula de forma adequada, estando dormindo, conversando e até mesmo atrapalhando o rendimento daqueles que estão sendo participativos. Os pais, por sua vez, refutam, afirmando o esforço que a família faz para manter o estudante, e exigindo da escola o necessário para que o filho obtenha um diploma de ensino médio. Este embate diz respeito à diferentes ângulos de análise do significado da escola e da relação entre escola e família.

Em diálogos informais com um ex-aluno da Escola Padre Saraiva Leão, indaguei sobre seu período letivo e o que faziam na época. Obtive respostas de como: “Só tinha a aula que era muito besta. Os *pirangueiro* às vezes se trancava no banheiro pra se drogar pra tentar sair daquela *chatice*. Se tivesse alguma outra coisa acho que não fariam isso.” Em seguida perguntei se não havia esportes e foi negado, depois fiz algumas sugestões. “Você acha que se tivessem programas de preparação, como cursos técnicos, de arte, esporte, de idiomas, ou até mesmo um estágio remunerado, poderia melhorar esse consumo de drogas e a *chatice* de estar na escola?” Responderam-me assim: “Ah se tivesse essas coisas, acho que eu iria era querer morar na escola. Risos. Ganhar um dinheirinho sempre é bom, até porque tem muita gente

pobre. Tinha um colega que só comia alguma coisa que enchia a barriga na escola, ele ainda trazia uma marmita e pedia mais pra levar pro irmão mais novo que ainda não ia pra aula. ”

Almejamos então, distinguir como os profissionais da educação que serão remanejados para outras escolas na localidade poderiam contribuir para a prevenção de novos atuantes criminais; pensar alternativas para que a Escola não seja uma instituição que promove a disciplina e sim um instrumento dinâmico de construção do saber e lar para os marginalizados. Ao mesmo tempo, será preciso analisar também porque e como os mecanismos disciplinares da escola não conseguem dar conta da administração dos conflitos internos, a partir do momento em que se vê como necessário o recurso a forças policiais.

6. REFLEXÕES METODOLÓGICAS

Para delinear as estratégias da nossa pesquisa, adotaremos a metodologia qualitativa, que envolve a obtenção de dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos interativos pelo contato direto do pesquisador com a situação estudada, procurando compreender os fenômenos segundo a perspectiva dos sujeitos, ou seja, dos participantes da situação em estudo (GODOY, 1995).

Dentro do aporte da pesquisa qualitativa, utilizaremos o método da observação participante relativizada, pois o tema perigoso infelizmente não permite a participação efetiva no cotidiano dos indivíduos que estão sendo observados, – entretanto a tentativa é garantida – com a finalidade de interpretar sua cultura (MICHAEL, 2002). Através da etnografia, em uma perspectiva interdisciplinar, integrando eixos da sociologia e psicologia, com ênfase em abordagem etnográfica procuraremos entender como essa rede de indivíduos funciona. Analisaremos: as formas em que o sujeito toma suas decisões; o que o move a se comportar de tal jeito; caso ele vai deixar-se dominar por alguma norma ou conceito; caso suas ações poderiam influenciar o sistema o qual ele integra; quais os seus movimentos e expressões culturais; quais seus valores, crenças e conhecimentos. É neste seguimento que pretendo analisar melhor as experiências dos grupos, tanto sua herança histórica, como suas práticas fora e dentro da escola, seus relatos e histórias do cotidiano, examinar as interações entre os “pirangueiros”, seus modos de vestir, se portar, se codificar, se comunicar, se expressar. Desta forma, buscamos “o aperfeiçoamento dos procedimentos e critérios utilizados na pesquisa” (MARTINS, 2009, p. 37).

A partir desta perspectiva, faz-se indispensável usar também do método do interacionismo simbólico (BECKER, 2008) para refletir sobre as relações sociais e o discurso representado, por exemplo, em pichações. Uma vez que os seres humanos têm relação comum de fundamentar os significados que lhes são impostos, atribuindo sentido aos elementos que o mundo confere para seus relacionamentos da vida social e ainda, seus processos interpretativos dos elementos presentes no meio. Portanto, as pichações serão utilizadas como dados visuais, um modo inovador para a produção e reflexão de questões ética-culturais, assim como suas formas de codificação linguística.

Certamente alguns dilemas surgirão, no que diz respeito à questão de gênero, uma vez que se trata do modo de inserção de uma pesquisadora em um espaço marcado pelo exercício da masculinidade, com bem retratado por Diógenes (1998).

A esta abordagem, associaremos duas técnicas. A primeira, é a entrevista semi-estruturada, uma técnica aberta e flexível em que é possível construir os sentidos do tema investigado na relação entrevistado-entrevistador. Essa relação é baseada em um roteiro semi-estruturado. Neste caso, há uma lista de perguntas a serem feitas, mas o entrevistador pode desenvolver questionamentos afim de aprofundar ou obter mais informações sobre questões relevantes da pesquisa. A outra técnica de pesquisa utilizada será o Grupo Focal compreendido como uma entrevista qualitativa em grupo com determinados fins e temáticas específicas. Essa técnica utiliza a interação grupal para produzir dados que dificilmente seriam conseguidos fora do grupo (GASKEL, 2015; HAGUETTE, 2005).

Haverá a transcrição do material produzido na fase qualitativa. Neste estudo, optar-se-á por transcrever detalhadamente as falas literais, mas buscando também ênfase etnográfica na performance e nos aspectos gestuais. Pretendemos, no plano bibliográfico, levantar referenciais teóricos, investigar documentos, artigos acadêmicos, notícias jornalísticas, a respeito da região, da cidade e do sistema de educação pública.

7. LEVANTAMENTO BIBLIOGRÁFICO E OUTRAS FONTES

COMITÊ CEARENSE PELA PREVENÇÃO DOS HOMICÍDIOS NA ADOLESCÊNCIA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO CEARÁ. Cada Vida Importa: Relatório Final. 2016, 585p. Disponível em: https://www.al.ce.gov.br/phocadownload/relatorio_final.pdf

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: Notas sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada, Rio de Janeiro, Editora LTC, 1988.

_____. **Manicômios, Prisões e Conventos**. Tradução de Dante Moreira Leite. 7ª edição. São Paulo: Editora Perspectiva, 2001.

LIMA, Renato Sérgio de Lima, NEME, Cristina, FIGUEIREDO, Isabel; SAPORI Luís Flávio; MACEDO, Andreia; MONTESIÃO, Cassiana; MARQUES, David; DUARTE, Michele; ZAMBRZYCKI, Walkiria; OLIVEIRA, Valéria Cristina de; MARTINS, Cauê; CARBONARI, Flávia; BUENO, Samira; RATTON, José Luiz; SANTOS, Mafoane Odara Poli. **Ceará Pacífico**: resultados da pesquisa e monitoramento do Programa. V.1 Experiências Exitosas de Enfrentamento à Violência e à Criminalidade – Estratégias de Benchmarking. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_1_2017.pdf

_____. **Ceará Pacífico**: resultados da pesquisa e monitoramento do Programa. V.2 O Cenário da Violência e da Criminalidade no Brasil e no Ceará. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_2_2017.pdf

_____. **Ceará Pacífico**: resultados da pesquisa e monitoramento do Programa. V.3 Ceará Pacífico em Ação. Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2017. Disponível em: http://www.forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2017/12/FBSP_Ceara_Pacifico_livro_3_2017.pdf

WILLIS, Paul. **Aprendendo a ser trabalhador**: escola, resistência e reprodução social. Porto Alegre: Artes Médicas, 1991.

8. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ADORNO, Sérgio. **A Gestão Urbana do Medo e da Insegurança: Violência, Crime e Justiça Penal na Sociedade Brasileira Contemporânea**. Tese de Livre-Docência, FFLCH, 1996.

BARREIRA, César. **Questão de Segurança: políticas governamentais e práticas policiais**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BECKER, Howard S.: **Outsiders: estudos de sociologia do desvio**. Ed. Jorge. Zahar, Rio de Janeiro, 2008

BOURDIEU, Pierre e PASSERON, Jean-Claude. **A reprodução: elementos para uma teoria do sistema de ensino**", Lisboa, 1970.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. Ed. Difel, Lisboa. Ed. Bertrand. Tradução: Fernando Tomaz, versão original: 1989.

CARRARA, K. (org.) **Introdução à Psicologia da Educação: Seis abordagens**. São Paulo: AVERCAMP, 2007

CHARLOT, Bernard. **A violência na escola: como os sociólogos franceses abordam essa questão**. Porto Alegre, Revista sociologias, 2002.

DIÓGENES, Glória. **Cartografias da cultura e da violência: gangues, galeras e o movimento hip hop**. Fortaleza: Annablume, 1998.

GASKEL, George. “Entrevistas individuais e grupais”. In: BAUER, Martin W.; GASKELL, George. **Pesquisa Qualitativa com texto, imagem e som**. Um manual prático. Petrópolis, RJ: Vozes, 2015, pp.64-89.

GODOY, Arlida Schmidt. **Introdução à pesquisa qualitativa e suas possibilidades**. Rev. adm. empres., São Paulo , v. 35, n. 2, p. 57-63, Apr. 1995 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-75901995000200008&lng=en&nrm=iso>.

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2005.

MARTINS, Gilberto de Andrade & THEÓPHILO, Carlos Renato. **Metodologia da investigação científica para ciências sociais aplicada**. 2. Ed. – São Paulo: Atlas, 2009.

MERTON, Robert K., **Estrutura Social e Anomia** in: Sociologia; teoria e estrutura. São Paulo: Mestre Jou, 1970.

MISSE, M. Sobre a Construção Social do Crime no Brasil: Esboços de uma Interpretação. In: Michel Misse. (Org.). **Acusados e Acusadores: Estudos sobre ofensas, acusações e incriminações**. 1ª ed. Rio de Janeiro: Editora Revan, 2008.

MOREIRA, Marcus Giovanni Ribeiro. Esse bicho tá (des)considerando o nêgo”: os piranguieiros como representação psicossocial do inimigo. **Anais do VI Seminário Internacional Direitos Humanos, Violência e Pobreza: a situação de crianças e adolescentes na América Latina hoje**. Rio de Janeiro, Editora Rede Sírius/UERJ, 2016. Disponível em: http://www.proalc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gti/Marcus%20Giovani%20Ribeiro%20Moreira%20GT01.pdf

KANT DE LIMA, Roberto. **Igualdade, desigualdade e métodos de produção da verdade jurídica: uma discussão antropológica**. VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais. Coimbra, Portugal, 2004. Disponível em: http://www.proalc.etc.br/VI_SEMINARIO/assets/pdfs/gti/Marcus%20Giovani%20Ribeiro%20Moreira%20GT01.pdf

PINHEIRO, Paulo Sergio & SADER, Emir. **O controle da polícia no processo de transição democrática no Brasil**. Em: Temas IMESC, Soc. Dir. Saúde. São Paulo, 2(2): 77-95, 1985.

VIDAL, E.M; MOREIRA, A.N.G. ; MENEGHEL, Stela ; SPELLER, P. **Cenários Da educação de Baturité/CE: reflexões sobre as políticas públicas de educação na região**. Cadernos ANPAE, v. 15, p. 1-19, 2012.

VIEIRA, Sofia Lerche; VIDAL, E. M. . A escola pública e seu entorno social: uma questão em aberto. **Atos de Pesquisa em Educação (FURB)**, v. 10, p. 7-30, 2015.

SILVA, Antônio Marcos de Sousa. **A Inversão da ordem na vida policial: sociabilidade prisional e práticas ilegais**. 2015. 275f. – Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Ceará, Programa de Pós-graduação em Sociologia, Fortaleza (CE), 2015.

SPOSITO, Marília Pontes. Um breve balanço da pesquisa sobre violência escolar no Brasil. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.27, n.1, p 87-103, jan/jun. 2001.

VASCONCELOS, Francisco Thiago Rocha. “Diagnóstico da Segurança Pública e da Violência no Maciço do Baturité”. **Relatório Parcial de Pesquisa PIBIC/UNILAB**, mimeo, 2016.

WIEVIORKA, Michel. O novo paradigma da violência. **Tempo Social**. Rev. Sociol. USP, S. Paulo, 9(1): 5-41, maio de 1997.

ZALUAR, Alba. **O contexto social e institucional da violência**. Núcleo de Pesquisa das Violências – NUPEVI do Instituto de Medicina Social da UERJ, 2003. Disponível em: http://nupevi.iesp.uerj.br/artigos_periodicos/contexto.pdf

Notícias de Jornal:

Número de homicídios de crianças e jovens do Ceará Cresce <https://g1.globo.com/ceara/noticia/numero-de-homicidios-de-criancas-e-jovens-do-ceara-cresce-71-este-ano.ghtml>

A facção que arregimenta adolescentes e adultos jovens <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/policia/gde-a-facciao-que-arregimenta-adolescentes-e-adultos-jovens-1.1742013>

Com estatuto e arrecadação mensal, maior facção do Ceará desafia o controle do Estado. <http://tribunadoceara.uol.com.br/noticias/segurancapublica/com-estatuto-e-arrecadacao-mensal-maior-facciao-do-ceara-desafia-controle-do-estado/>

A conta da pacificação chegou. <https://www.opovo.com.br/jornal/dom/2017/10/a-conta-da-pacificacao-chegou.html>

ANEXOS









